

Prova Escrita Objetiva e de Redação – Nível Médio completo

# **ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

## **Tipo 1 – BRANCA**



### **SUA PROVA**

Além deste caderno de prova, contendo sessenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada à transcrição da redação



### **TEMPO**

- **4:30 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição da redação para a folha de texto definitivo
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### **NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### **INFORMAÇÕES GERAIS**

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!



## Língua Portuguesa

### TEXTO 1 - REFEIÇÃO EM FAMÍLIA

Rosely Sayão

Os meios de comunicação, devidamente apoiados por informações científicas, dizem que alimentação é uma questão de saúde. Programas de TV ensinam a comer bem para manter o corpo magro e saudável, livros oferecem cardápios de populações com alto índice de longevidade, alimentos ganham adjetivos como “funcionais”. Temos dietas para cardíacos, para hipertensos, para gestantes, para obesos, para idosos.

Cada vez menos a família se reúne em torno da mesa para compartilhar a refeição e se encontrar, trocar ideias, saber uns dos outros. Será falta de tempo? Talvez as pessoas tenham escolhido outras prioridades: numa pesquisa recente sobre as refeições, 69% dos entrevistados no Brasil relataram o hábito de assistir à TV enquanto se alimentam.

[....]

O horário das refeições é o melhor pretexto para reunir a família porque ocorre com regularidade e de modo informal. E, nessa hora, os pais podem expressar e atualizar seus afetos pelos filhos de modo mais natural. (adaptado)

#### 1

Na estruturação do texto 1, o segundo parágrafo, em relação ao primeiro, estabelece uma relação de:

- (A) explicação;
- (B) consequência;
- (C) oposição;
- (D) exemplificação;
- (E) causa.

#### 2

O texto 1 é representante do gênero informativo; sobre esse gênero textual, tendo por base o texto 1, a única característica inadequada é:

- (A) o direcionamento do texto para um receptor específico;
- (B) o predomínio da objetividade sobre a subjetividade;
- (C) a utilização de uma linguagem adequada ao meio;
- (D) a preocupação com a precisão do conteúdo veiculado;
- (E) certa preocupação com o socialmente correto.

#### 3

Se enquadrado na categoria dos textos argumentativos, a tese do texto 1 estaria perfeitamente identificada do seguinte modo:

- (A) a alimentação saudável é condição básica para uma boa saúde;
- (B) toda a população deveria seguir a orientação dos médicos sobre adotar uma alimentação saudável;
- (C) a sociedade precisa discutir nas refeições em família a qualidade de sua alimentação;
- (D) as famílias deveriam aproveitar melhor o momento das refeições para o estreitamento de seus laços;
- (E) pais e mães precisam manifestar seu afeto pelos filhos nos momentos das refeições em família.

#### 4

Ainda que predominantemente dissertativo, o texto 1 mostra elementos descritivos; o termo sublinhado abaixo que NÃO possui caráter objetivo, mas subjetivo, é:

- (A) ...informações científicas;
- (B) ...corpo magro;
- (C) ...alto índice;
- (D) ...pesquisa recente;
- (E) ...modo mais natural.

#### 5

“pesquisa recente sobre as refeições, 69% dos entrevistados no Brasil relataram o hábito de assistir à TV enquanto se alimentam”; com esse segmento do texto 1, o autor tenta mostrar:

- (A) o descuido da população com a alimentação saudável;
- (B) o aparecimento de novas prioridades sociais;
- (C) a necessidade premente de atualização informativa;
- (D) o desprezo mútuo dos familiares;
- (E) a presença agressiva da TV no meio familiar.

#### 6

“Cada vez menos a família se reúne em torno da mesa para compartilhar a refeição e se encontrar, trocar ideias, saber uns dos outros. Será falta de tempo?”

A pergunta colocada ao final desse segmento do texto 1 mostra:

- (A) o interesse do autor em dialogar com seus leitores;
- (B) a presença de uma reflexão sobre o tema;
- (C) a indicação de uma opinião alheia;
- (D) uma acusação a certas situações sociais;
- (E) o destaque de um argumento falso.

#### 7

“Temos dietas para cardíacos, para hipertensos, para gestantes, para obesos, para idosos”.

A relação vocabular adequada nos itens abaixo é:

- (A) cardíacos / coração;
- (B) hipertensos / temperatura corpórea;
- (C) gestantes / descontrola hormonal;
- (D) obesos / sistema respiratório;
- (E) idosos / depressão psicológica.

**8**

“Programas de TV ensinam a comer bem para manter o corpo magro e saudável, livros oferecem cardápios de populações com alto índice de longevidade, alimentos ganham adjetivos como ‘funcionais’”.

A afirmação adequada sobre o que é lido nesse segmento do texto 1 é:

- (A) o corpo magro é obrigatoriamente saudável;
- (B) os adjetivos “magro” e “saudável” são sinônimos no texto;
- (C) as populações citadas são exemplos a serem copiados;
- (D) os alimentos adquiriram valor moral;
- (E) os conselhos da TV não devem ser seguidos.

**9**

“Programas de TV ensinam a comer bem para manter o corpo magro e saudável”; a substituição adequada do segmento do texto 1 sublinhado é:

- (A) para que se mantenha o corpo magro e saudável;
- (B) a fim de que se mantivesse o corpo magro e saudável;
- (C) para que a magreza e a saúde do corpo fosse mantida;
- (D) para a manutenção da magreza no corpo saudável;
- (E) para que se mantesse o corpo magro e saudável.

**10**

“Programas de TV ensinam a comer bem para manter o corpo magro e saudável”; a frase abaixo que mostra o vocábulo “bem” na mesma classe gramatical e no mesmo valor semântico é:

- (A) Ele está bem magro;
- (B) Ela sabe costurar bem;
- (C) Nem bem saiu, ele voltou;
- (D) Bem saudável ele ficou após a dieta;
- (E) As frutas estão bem caras.

**11**

A palavra abaixo, retirada do texto 1, que mostra processo de formação diferente dos demais é:

- (A) comunicação;
- (B) devidamente;
- (C) saudável;
- (D) hipertensos;
- (E) científicas.

**12**

“Programas de TV ensinam a comer bem para manter o corpo magro e saudável, livros oferecem cardápios de populações com alto índice de longevidade”.

Sobre o período e as orações que o constituem (texto 1), é correto afirmar que:

- (A) o período é composto por duas orações;
- (B) o período apresenta orações do tipo coordenado e subordinado;
- (C) todas as orações do período são subordinadas;
- (D) todas as orações do período são coordenadas;
- (E) o período mostra mais orações coordenadas que subordinadas.

**13**

“...69% dos entrevistados no Brasil relataram o hábito de assistir à TV enquanto se alimentam”.

Temos aqui uma concordância que envolve elementos de porcentagem; a frase abaixo que mostra incorreção nesse tipo de concordância é:

- (A) 5% da turma vieram ao show;
- (B) 89% dos brasileiros mostram alimentação pouco saudável;
- (C) 1% dos entrevistados demonstraram fraqueza;
- (D) chegou apenas 3% dos convidados;
- (E) compareceram 23% dos artistas.

**14**

“Os meios de comunicação, devidamente apoiados por informações científicas, dizem que alimentação é uma questão de saúde”.

A substituição proposta no segmento do texto 1 acima que está perfeitamente adequada em termos de correção e de manutenção do sentido original é:

- (A) a expressão “questão de saúde” pode ser substituída por “questão saudável”;
- (B) o termo “Os meios de comunicação” poderia ser substituído por “comunicações midiáticas”;
- (C) antes do substantivo “alimentação” poderia ser corretamente inserido o artigo “uma”;
- (D) “alimentação é uma questão de saúde” poderia ser reescrita “uma questão de saúde é a alimentação”;
- (E) “alimentação é uma questão de saúde” pode ser substituído por “alimentar-se é uma questão de saúde”.

**15**

“...porque ocorre com regularidade e de modo informal”; a maneira mais adequada de reescrever-se esse segmento do texto 1 é:

- (A) porque ocorre regularmente e uniformemente;
- (B) em vista de ocorrer regularmente e com informalidade;
- (C) em virtude de ocorrência regular e uniforme;
- (D) em função de ocorrer regular e informalmente;
- (E) por ocorrer regularmente e informalmente.

**16**

As duas palavras do texto 1 que são acentuadas graficamente em função da mesma regra são:

- (A) científicas / reúne;
- (B) saúde / hábito;
- (C) saudável / índice;
- (D) cardíacos / será;
- (E) família / cardápios.

17

Observe a charge abaixo.



www.arionauocartuns.com.br

Essa charge se apoia no seguinte tipo de linguagem figurada:

- (A) ironia;
- (B) comparação;
- (C) pleonasma;
- (D) eufemismo;
- (E) personificação.

18

Na imagem da charge, a representação da sujeira e do descuido é feita por meio de um conjunto de elementos; o elemento destacado que NÃO colabora para essa imagem negativa é que o cozinheiro:

- (A) está fumando;
- (B) é representado por um rato;
- (C) é cercado por moscas em voo;
- (D) carrega uma colher numa das patas;
- (E) mostra uma aparência descuidada.

19

Na charge, na frase do representante do restaurante, o primeiro termo devia estar separado por vírgula por ser:

- (A) um termo deslocado;
- (B) um aposto;
- (C) um vocativo;
- (D) uma oração antecipada;
- (E) um adjunto adverbial.

20

Na charge há um conjunto de elementos verbais que estão representados graficamente; o elemento cuja representação gráfica está ausente é:

- (A) vigilância sanitária;
- (B) senhores;
- (C) engano;
- (D) nosso cozinheiro;
- (E) nosso restaurante.

## Raciocínio Lógico

21

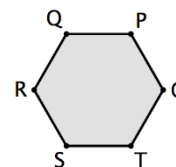
Um supermercado anunciou: “50% de desconto, somente hoje, pacote de 500 gramas de café por apenas R\$ 9,00”.

Nesse supermercado, o preço sem desconto de 1 kg desse mesmo café é:

- (A) R\$ 18,00;
- (B) R\$ 24,00;
- (C) R\$ 27,00;
- (D) R\$ 36,00;
- (E) R\$ 45,00.

22

Uma praça tem a forma do polígono OPQRST da figura abaixo e cada lado desse polígono mede 40m. Serafim partiu do ponto O e percorreu, no sentido anti-horário, 2000m.



No final do percurso, Serafim estava no ponto:

- (A) P;
- (B) Q;
- (C) R;
- (D) S;
- (E) T.

23

Em certo reservatório,  $\frac{2}{3}$  do volume de água correspondem a 120 litros.

Portanto,  $\frac{3}{2}$  do volume de água desse mesmo reservatório correspondem a:

- (A) 270 litros;
- (B) 240 litros;
- (C) 210 litros;
- (D) 180 litros;
- (E) 150 litros.

24

Antônio, Bruno e Cícero combinaram de se encontrar, certo dia, na rodoviária de Salvador, vindo de cidades diferentes.

Nesse dia, o ônibus de Antônio chegou às 12h10min, o de Bruno algum tempo depois, e o de Cícero chegou às 14h34min.

Sabe-se que o tempo que Bruno esperou por Cícero é o dobro do tempo que Antônio esperou por Bruno.

O ônibus de Bruno chegou às:

- (A) 12h44min;
- (B) 12h52min;
- (C) 12h58min;
- (D) 13h06min;
- (E) 13h12min.

**25**

Carlos comprou um pacote de peras. Deu metade das peras para sua mulher, deu duas peras para sua filha e ficou com as outras quatro peras que sobraram.

O número de peras que havia no pacote que Carlos comprou é:

- (A) 8;
- (B) 10;
- (C) 12;
- (D) 14;
- (E) 16.

**26**

Considere a afirmação:

“Todo baiano é um homem feliz”.

Uma afirmação logicamente equivalente é:

- (A) Todo homem feliz é baiano;
- (B) Um homem que não é feliz não é baiano;
- (C) Quem não é baiano não é feliz;
- (D) Um homem é baiano ou é feliz;
- (E) Um homem não é feliz ou não é baiano.

**27**

Gastão comprou quatro latas de refrigerante. Cada lata custou R\$ 2,60 e Gastão pagou com uma nota de R\$ 20,00.

Gastão tem que receber um troco de:

- (A) R\$ 8,40;
- (B) R\$ 8,60;
- (C) R\$ 8,80;
- (D) R\$ 9,40;
- (E) R\$ 9,60.

**28**

Nos Estados Unidos, em certo posto de abastecimento, a gasolina custa 2 dólares por galão.

Considerando o galão de 3,8 litros e o valor de 1 dólar igual a R\$ 3,20, conclui-se que, nesse posto americano de abastecimento, 1 litro de gasolina custa:

- (A) R\$ 1,68;
- (B) R\$ 1,75;
- (C) R\$ 1,84;
- (D) R\$ 1,96;
- (E) R\$ 2,07.

**29**

André, Beatriz, Carlos e Denise estão sentados em volta de uma mesa quadrada, cada um deles em um lado da mesa. André está sentado em frente a Beatriz e Beatriz está sentada à direita de Denise.

No sentido horário, a ordem dos quatro em volta da mesa é:

- (A) André, Beatriz, Carlos, Denise;
- (B) André, Beatriz, Denise, Carlos;
- (C) André, Carlos, Beatriz, Denise;
- (D) André, Denise, Beatriz, Carlos;
- (E) André, Denise, Carlos, Beatriz.

**30**

Considere a afirmativa:

“Tereza comprou pão e leite”.

Se a afirmativa acima é falsa, conclui-se logicamente que Tereza:

- (A) não comprou pão nem leite.
- (B) comprou pão, mas não comprou leite.
- (C) comprou leite, mas não comprou pão.
- (D) comprou pão ou comprou leite.
- (E) não comprou pão ou não comprou leite.

## Direito Administrativo

### 31

Os princípios de Direito Administrativo são postulados básicos fundamentais que permeiam a atuação dos agentes públicos na constante busca da satisfação dos interesses coletivos.

Dentre os chamados princípios implícitos, merece destaque o da autotutela, que ocorre, por exemplo, quando:

- (A) a penalidade de demissão é aplicada a servidor público que recebeu vantagem indevida no exercício da função, após regular processo administrativo disciplinar;
- (B) o Estado garante ao cidadão o direito de acesso à informação, mediante procedimento célere e transparente, com a expedição da certidão requerida;
- (C) o Município procede à reintegração de servidor público ilegalmente demitido, atendendo à ordem judicial, com ressarcimento de todas as vantagens;
- (D) o Prefeito revoga, por considerar que não é mais oportuno, um decreto sem qualquer vício de legalidade que proibia o estacionamento de veículos em determinada via pública;
- (E) o Governador do Estado pratica o ato de nomeação de pessoa não concursada para cargo em comissão, com exercício de função de assessoramento parlamentar.

### 32

Antônio estacionou seu automóvel com as quatro rodas em cima da calçada em local proibido. O poder público local, na operação “choque de ordem”, procedeu ao reboque do veículo de Antônio.

Na hipótese em tela, a remoção do bem do particular praticada pela Administração Pública está calcada específica e diretamente no atributo do ato administrativo da:

- (A) presunção de veracidade, que independe de prévia manifestação do Secretário Municipal de Transporte;
- (B) discricionariedade, que obriga o agente público a promover o reboque de todos os veículos em igual situação;
- (C) imperatividade, que obriga o poder público a entregar prévia intimação do ato de infração ao particular antes do reboque;
- (D) autoexecutoriedade, que independe de prévia autorização judicial e participação do particular;
- (E) presunção de legitimidade, que não admite prova em sentido contrário, uma vez que o ato foi regularmente documentado.

### 33

O Ato Normativo nº 10/2010, do Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, “institui o novo modelo e regulamenta a expedição e uso de identidade funcional dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia”.

De acordo com a doutrina, o poder administrativo que embasou a prática do mencionado ato é o:

- (A) hierárquico, eis que o Procurador-Geral de Justiça, na qualidade de chefe institucional, tem competência para legislar em qualquer assunto de interesse ministerial;
- (B) de legislar, eis que o Procurador-Geral de Justiça tem a competência constitucional de enviar projetos de lei de interesse ministerial ao Poder Legislativo;
- (C) de polícia, eis que a carteira funcional dos membros do MP autoriza o porte de arma, matéria ligada à segurança pública;
- (D) disciplinar, eis que a norma editada disciplina tema interno do MP baiano, nos limites de sua autonomia administrativa;
- (E) regulamentar, eis que a norma editada tem caráter geral e abstrato, com efeitos *erga omnes* e complementa a lei.

### 34

Contratos administrativos podem ser definidos como as manifestações de vontade de duas ou mais pessoas para a celebração de um negócio jurídico, com a participação do poder público, que atua com as cláusulas exorbitantes, com o escopo de atender ao interesse público.

Nesse contexto, conforme ensina a doutrina de Direito Administrativo, tais cláusulas exorbitantes:

- (A) decorrem do princípio constitucional da isonomia, colocando o Estado e o particular em igualdade jurídica na avença;
- (B) são implícitas em todos os contratos administrativos, não dependendo de expressa previsão no acordo;
- (C) viabilizam o direito potestativo do Estado de alterar o objeto do contrato, a qualquer momento;
- (D) permitem à Administração Pública promover a alteração unilateral quantitativa, em regra, de até 10% do valor inicial;
- (E) concedem à Administração Pública o poder de alterar unilateralmente a margem de lucro inicialmente contratada.

**35**

A Secretaria Estadual de Obras da Bahia pretende realizar licitação para contratação de sociedade empresária para realização de determinadas obras. Após estudos preliminares, visando ao aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, a Administração Pública decidiu que tais obras serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, a opção administrativa escolhida é:

- (A) lícita, desde que para cada etapa ou conjunto de etapas da obra seja realizada uma única licitação, na modalidade tomada de preços, independentemente do valor total daquela etapa;
- (B) lícita, desde que, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, corresponda licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação;
- (C) ilícita, uma vez que o fracionamento de licitação é vedado pelo ordenamento jurídico, aplicando-se o princípio do planejamento global para as contratações pela Administração Pública;
- (D) ilícita, uma vez que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública;
- (E) ilícita, uma vez que a fragmentação da licitação constitui crime por desrespeito à modalidade licitatória prevista na lei e prejuízo presumido ao erário.

**36**

Funcionários da sociedade empresária concessionária prestadora do serviço público de fornecimento de energia elétrica compareceram em determinada via pública para manutenção de rotina no aparelho distribuidor de energia. No entanto, durante o serviço, ocorreu uma explosão no equipamento que causou a interrupção no fornecimento de energia em diversas ruas daquele bairro, durante dez dias.

Após instauração de inquérito civil, Promotor de Justiça com atribuição em tutela coletiva na matéria consumidor ajuizou ação civil pública, com base na responsabilidade civil:

- (A) subjetiva da concessionária, bastando a comprovação do dano à coletividade, da conduta e do nexo causal;
- (B) objetiva da concessionária, sendo prescindível a comprovação do elemento subjetivo do dolo ou culpa de seus funcionários;
- (C) subjetiva da concessionária, sendo imprescindível a comprovação de terem os seus funcionários agido com dolo ou culpa;
- (D) solidária da concessionária e do ente federativo que figura como poder concedente, bem como subjetiva, porque é imprescindível a comprovação da culpa ou dolo dos agentes;
- (E) subsidiária do ente federativo que figura como poder concedente em relação à concessionária, e objetiva porque é imprescindível a comprovação da culpa ou dolo dos agentes.

**37**

A Lei nº 8.987/95 regulamenta a prestação de serviços públicos, bem como a concessão e a permissão feitas a particulares.

Tal diploma normativo estabeleceu alguns princípios específicos do serviço público, como o da:

- (A) modicidade das tarifas, segundo o qual os preços públicos cobrados para os usuários deve ser em patamar que garanta o maior lucro possível ao particular delegatário investidor;
- (B) atualidade, que compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações; e a sua conservação, bem como a melhoria e a expansão do serviço;
- (C) cortesia, segundo o qual o poder público delegatário e o particular contratado devem viabilizar, com custos subsidiados compartilhados, o serviço gratuito para os hipossuficientes;
- (D) singularidade, pelo que o serviço deverá ser prestado de forma setORIZADA àquelas pessoas que possam contribuir para sua manutenção, aprimoramento e eficiência;
- (E) continuidade, que traduz-se na ideia de prestação ininterrupta, razão pela qual qualquer descontinuidade do serviço é ilícita, inclusive a decorrente de inadimplemento do usuário.

**38**

A Constituição da República de 1988, por um lado, assegurou ao Ministério Público autonomia funcional e administrativa e, por outro, estabeleceu um conjunto de instrumentos definidos no ordenamento jurídico para sua fiscalização.

Em matéria de controle da Administração Pública, o Ministério Público está sujeito ao controle:

- (A) interno, com o auxílio do Tribunal de Contas, sobre aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais;
- (B) interno, com o auxílio da Controladoria Geral da União ou dos Estados;
- (C) externo, pelo Conselho Nacional do Ministério Público na análise de mérito da atuação funcional dos membros do MP;
- (D) externo, pelo Poder Executivo, a quem compete elaborar integralmente a proposta orçamentária do MP;
- (E) externo, pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas.



**39**

Maria, servidora pública civil estável do Estado da Bahia, exercia a função de membro da comissão de concurso público para professores estaduais. Em conluio com sua sobrinha Fátima, Maria frustrou a licitude de concurso público, eis que lhe forneceu com antecedência o gabarito da prova. A fraude foi descoberta um mês após a nomeação de Fátima, e o seu ato de investidura foi declarado nulo pela Administração Pública, que remeteu cópia do processo administrativo ao Ministério Público.

O Promotor de Justiça com atribuição na área de tutela coletiva deve ajuizar ação:

- (A) de ressarcimento ao erário em face de Maria e Fátima, porque, apesar de inexistente ato de improbidade administrativa por atipicidade, houve dano à imagem do Estado;
- (B) reparatória por danos morais em face de Maria e Fátima, sem imputação de ato de improbidade administrativa, pois, apesar de típica a conduta por violação ao princípio da moralidade, não houve efetivo dano ao erário;
- (C) civil pública por ato de improbidade administrativa apenas em face de Maria, pois Fátima, na qualidade de particular, não está sujeita às sanções da Lei de Improbidade;
- (D) civil pública por ato de improbidade administrativa em face de Maria e Fátima, esta última porque, mesmo particular, concorreu e se beneficiou do ato ímprobo;
- (E) civil pública por ato de improbidade administrativa apenas em face de Maria, e ação indenizatória contra Fátima, eis que não pode responder por improbidade por não ser agente público.

**40**

Promotor de Justiça deflagrou ação penal pública incondicionada em desfavor do Policial Civil João, porque no dia, horário e local descritos na denúncia, João recebeu de Almir, para si, diretamente, em razão de sua função de escrivão de polícia, vantagem indevida consistente em cinco mil reais. Em consequência daquela vantagem, o denunciado deixou de praticar ato de ofício, por ter paralisado investigação, pois não cumpriu diligências determinadas pelo Delegado em inquérito policial que apura a prática, em tese, de crime por Almir.

No caso em tela, de acordo com o Código Penal, o escrivão de polícia João praticou o delito de:

- (A) corrupção passiva, com causa de aumento;
- (B) corrupção ativa, com causa de aumento;
- (C) concussão qualificada;
- (D) peculato qualificado;
- (E) condescendência criminosa qualificada.

## Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia

**41**

A Constituição da República de 1988 fortaleceu o Ministério Público, atribuindo-lhe relevantes atividades estatais com contornos de soberania e conceituando-o como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado.

De acordo com o texto constitucional, ao MP incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses:

- (A) públicos e coletivos, e aplicam-se seus princípios institucionais da unidade, da divisibilidade e da supremacia do interesse público;
- (B) sociais e individuais indisponíveis, e aplicam-se seus princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional;
- (C) públicos e individuais dos hipossuficientes, e aplicam-se seus princípios institucionais da vitaliciedade, da isonomia e do acesso à justiça;
- (D) sociais e individuais disponíveis, e aplicam-se seus princípios institucionais da celeridade, da contemporaneidade e da independência funcional;
- (E) públicos e individuais disponíveis, e aplicam-se seus princípios institucionais da independência funcional, da isonomia e do acesso à justiça.

**42**

João, Promotor de Justiça, foi exonerado, a pedido, de seu cargo do Ministério Público da Bahia, em junho de 2017. No mês de agosto de 2017, João foi contratado por conhecido escritório de advocacia.

De acordo com as disposições constitucionais sobre a matéria, João:

- (A) pode exercer a advocacia junto à Promotoria e Juízo dos quais se afastou, a partir do dia em que tiver sido publicado seu ato de exoneração;
- (B) pode exercer a advocacia junto à Promotoria e Juízo dos quais se afastou, a partir de trinta dias contados da data em que tiver sido publicado seu ato de exoneração;
- (C) não pode exercer a advocacia junto à Promotoria e Juízo dos quais se afastou, antes de decorridos noventa dias do afastamento do cargo por exoneração;
- (D) não pode exercer a advocacia junto à Promotoria e Juízo dos quais se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por exoneração;
- (E) não pode exercer a advocacia junto à Promotoria e Juízo dos quais se afastou, em qualquer período, em respeito aos princípios da segurança jurídica e probidade administrativa.

**43**

A Constituição da República de 1988 dispõe que ao Conselho Nacional do Ministério Público compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, entre outros:

- (A) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, exceto em relação aos seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição;
- (B) processar representações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, podendo determinar a remoção, a disponibilidade, a demissão ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- (C) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos gerais regulamentares, no âmbito de sua competência, vedada a recomendação de providências;
- (D) elaborar relatório bimestral, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação de cada unidade do Ministério Público no País e as atividades do Conselho;
- (E) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

**44**

A Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.

Em tema de publicidade dos atos praticados no bojo do inquérito civil, tal resolução estabelece que:

- (A) a extração de cópias de folhas do inquérito sobre os fatos investigados ocorre mediante requerimento fundamentado e por deferimento do presidente do inquérito civil, sendo vedada a cobrança da despesa dessas cópias de quem as requereu;
- (B) os documentos encartados aos autos do inquérito civil deverão estar à disposição para vista de qualquer interessado, razão pela qual os documentos resguardados por sigilo legal devem ser imediatamente destruídos;
- (C) o defensor poderá examinar os autos de investigações findas ou em andamento, desde que tenha previamente juntado procuração no inquérito civil e o feito não esteja concluso à autoridade ministerial;
- (D) o membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo, de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas;
- (E) o presidente do inquérito civil deverá, em regra, delimitar, de modo fundamentado, o acesso do defensor à identificação da pessoas que estão sendo investigadas e aos elementos de prova relacionados a diligências concluídas e já documentadas nos autos.

**45**

O “órgão de execução A” com atribuição do Ministério Público da Bahia promoveu a instauração de inquérito civil para a defesa do patrimônio público e da probidade e legalidade administrativas, com intuito de apurar a prática de ato, em tese, ilegal praticado por determinado Secretário de Estado em razão de suas funções. Finda a investigação, o “órgão de execução A” promoveu o arquivamento do inquérito civil, por ausência de justa causa. Em face de tal decisão de arquivamento, o legitimado interpôs o recurso cabível, que será julgado pelo “órgão de execução B” com atribuição.

No caso em tela, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia, os “órgãos de execução A e B” são, respectivamente:

- (A) a Promotoria de Justiça com atribuição criminal e o Procurador-Geral de Justiça;
- (B) a Promotoria de Justiça com atribuição de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público, e o Procurador-Geral de Justiça;
- (C) a Promotoria de Justiça com atribuição de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público, e o Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) o Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público;
- (E) o Procurador-Geral de Justiça e o Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

**46**

A Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96) estabelece que compete ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça:

- (A) propor ao Procurador-Geral de Justiça o encaminhamento de projeto de lei para a criação de cargos e serviços auxiliares;
- (B) deferir o compromisso de posse dos membros do Ministério Público e servidores do quadro administrativo;
- (C) dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva oficiar no feito;
- (D) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos à remoção ou promoção por merecimento;
- (E) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como as vagas por remoção, promoção e convocação.

**47**

Em relação aos meios necessários para o exercício de suas funções investigatórias, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) dispõe que o Ministério Público poderá:

- (A) expedir notificações para colher depoimento e, em caso de não comparecimento injustificado, promover condução coercitiva mediante prévia e indispensável autorização judicial;
- (B) exigir das autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal documentos, cujas despesas com as cópias serão arcadas pelo erário estadual;
- (C) determinar ao Poder Legislativo a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, com vistas à prevenção e controle da criminalidade;
- (D) dar publicidade aos procedimentos disciplinares que instaurar, exceto aqueles que apurem prática de crime;
- (E) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que oficie.

**48**

A Lei Estadual nº 12.209/2011 dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia.

De acordo com o citado diploma normativo:

- (A) os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, sendo vedada a edição e a utilização de modelos padronizados pela Administração Pública;
- (B) os atos da autoridade competente e dos administrados que participem do processo, caso inexista disposição específica, devem ser praticados no prazo de trinta dias;
- (C) os autos do processo deverão ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, desde o ato de instauração, vedado o desentranhamento de qualquer documento sem autorização motivada da autoridade competente;
- (D) dois ou mais administrados não podem, em regra, postular em conjunto, no mesmo processo, ainda que sejam idênticos o conteúdo ou os fundamentos do pedido, salvo expressa autorização legal;
- (E) a prova emprestada, produzida validamente em outro processo administrativo, é admitida, desde que seja garantido ao notificado o exercício do direito ao contraditório, mas é vedada a juntada de prova produzida em processo judicial.

**49**

José, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de assistente técnico-administrativo do Ministério Público da Bahia, foi aposentado por invalidez, no ano de 2016. Ocorre que, no ano de 2017, os motivos determinantes de sua aposentadoria foram declarados insubsistentes por junta médica oficial.

Dessa forma, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, a Administração Pública determinou o retorno de José ao trabalho, mediante:

- (A) o aproveitamento, no mesmo cargo ou em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (B) a reversão, no mesmo cargo ou no cargo resultante da transformação, permanecendo o servidor em disponibilidade remunerada enquanto não houver vaga;
- (C) a reintegração, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em cargo resultante da transformação com atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (D) a recondução, sem direito à indenização, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro cargo dentro da mesma carreira com remuneração compatível com o anteriormente ocupado;
- (E) a readaptação, em cargo com novas atribuições, compatíveis com a limitação que o servidor tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, garantida a remuneração do cargo de que é titular.

**50**

Maria, servidora pública estável do Estado da Bahia, deu entrada no departamento de recursos humanos em requerimento de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, para acompanhar sua avó, acometida de doença grave, conforme comprovado por junta médica oficial.

Consoante dispõe a Lei Estadual nº 6.677/1994, o pleito da servidora:

- (A) deve ser deferido, se a assistência direta da servidora for indispensável e ainda que possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, com remuneração integral, até seis meses;
- (B) deve ser deferido, se a assistência direta da servidora for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social;
- (C) deve ser deferido, se a assistência direta da servidora for indispensável de acordo com laudo psicológico, permitido o exercício de atividade noturna remunerada durante o período da licença;
- (D) não deve ser deferido, eis que a licença por motivo de doença em pessoa da família não abrange avó, e sim cônjuge ou companheiro, pais, filhos, ou menor sob guarda ou tutela da servidora;
- (E) não deve ser deferido, eis que a hipótese seria de licença para trato de interesse particular, que é concedida, a critério da administração, pelo prazo de um ano, sem remuneração, prorrogável uma única vez, por igual período.

## Noções de Administração

51

No estoque de um hospital constavam, em 2 de agosto, 50 unidades de determinado medicamento, ao preço unitário de R\$ 25,00. No dia 10 de agosto entraram no estoque mais 100 unidades do medicamento, ao preço de R\$ 20,00 por unidade. Em 20 de agosto saíram do estoque 40 unidades do medicamento. No dia 25 de agosto saíram do estoque mais 20 unidades do medicamento, não havendo mais entradas ou saídas do medicamento do estoque nesse mês.

Na situação descrita, em 31 de agosto o valor do saldo do estoque do medicamento, calculado pelo método PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) era de:

- (A) R\$ 2.050,00;
- (B) R\$ 2.000,00;
- (C) R\$ 1.950,00;
- (D) R\$ 1.900,00;
- (E) R\$ 1.800,00.

52

Uma universidade adota sistema de reposição contínua para seus estoques de resmas de papel. A universidade consome mensalmente, em média, 200 resmas de 500 folhas de papel. A universidade adquire o produto a um custo de R\$ 8,00 por resma e o custo do pedido é de R\$ 5,00. O tempo de reposição é de 6 dias. A universidade mantém um estoque de segurança de 50 resmas.

Na situação descrita, o ponto de pedido é (considere que um mês tem 30 dias):

- (A) 150 resmas;
- (B) 110 resmas;
- (C) 90 resmas;
- (D) 86 resmas;
- (E) 50 resmas.

53

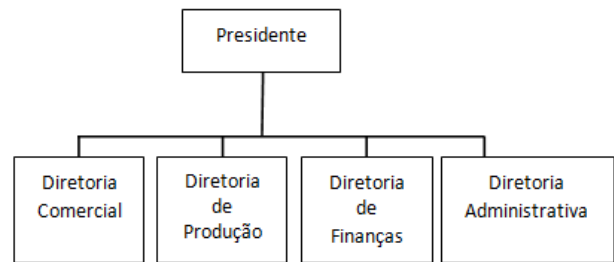
O diretor de recursos humanos de uma empresa pública de grande porte está considerando a implantação da avaliação de desempenho por método de pesquisa de campo, em substituição à avaliação por comissão de avaliação, que vigora atualmente na empresa. O diretor considera que o método da pesquisa de campo proporciona maior profundidade na avaliação do desempenho.

No entanto, esse método apresenta, entre suas desvantagens:

- (A) não favorece o planejamento de ações de melhoria do desempenho;
- (B) envolve apenas a função de *staff* na avaliação do desempenho;
- (C) envolve apenas a responsabilidade de linha na avaliação do desempenho;
- (D) as múltiplas fontes de avaliação podem provocar ressentimentos no avaliado;
- (E) pouca participação do avaliado.

54

A figura abaixo representa a departamentalização da empresa XYZ.



Entre as vantagens do tipo de departamentalização adotada pela empresa XYZ, está:

- (A) permitir boa coordenação intradepartamental, pelo compartilhamento de um mesmo conhecimento técnico;
- (B) favorecer a flexibilidade e a adaptabilidade às condições externas;
- (C) facilitar a coordenação de projetos complexos e interdependentes;
- (D) facilitar a comunicação e a coordenação interdepartamental;
- (E) promover a visão global dos problemas da organização, por parte dos funcionários.

55

Em todas as organizações, os administradores desempenham funções e papéis que lhes são próprios. Para desempenhá-los, o administrador deve possuir habilidades de três tipos: humanas, técnicas e conceituais. Essas habilidades são exigidas com maior ou menor intensidade, dependendo do nível organizacional em que o administrador atua.

Assim, é correto afirmar que:

- (A) no nível tático, as habilidades humanas são cruciais para o bom desempenho do administrador;
- (B) o nível estratégico requer maior emprego das habilidades técnicas que o nível tático;
- (C) no nível operacional, as habilidades conceituais são preponderantes para o bom desempenho do administrador;
- (D) as habilidades técnicas são exclusivas dos administradores do nível estratégico e tático;
- (E) o nível operacional requer maior emprego das habilidades humanas que o nível tático.

**56**

Quando da elaboração do orçamento anual por uma entidade pública, dois elementos se destacam: as receitas e as despesas.

Quando se diz que a previsão das receitas arrecadadas limita a proposição do gasto público, há uma referência direta ao princípio orçamentário do(a):

- (A) não vinculação das receitas;
- (B) orçamento bruto;
- (C) universalidade;
- (D) publicidade;
- (E) equilíbrio.

**57**

Uma empresa assinou um contrato com uma entidade da administração pública, o qual previa que a empresa contratada deveria depositar um valor em dinheiro em uma conta bancária definida pela entidade. Esse valor será retido até o final do contrato, quando poderá ser restituído, desde que a empresa contratada não tenha sido penalizada.

Sob a perspectiva da classificação da receita pública, esse recurso é um exemplo de:

- (A) receita extraorçamentária;
- (B) receita intraorçamentária;
- (C) receita contratual;
- (D) receita derivada;
- (E) outras receitas correntes.

**58**

A equipe responsável pela elaboração das informações e demonstrações contábeis de uma entidade pública foi requisitada pelo gestor acerca das despesas do último bimestre, cujos implementos de condição para pagamento já foram cumpridos.

O relatório requisitado pode ser gerado a partir das despesas:

- (A) empenhadas;
- (B) liquidadas;
- (C) lançadas;
- (D) licitadas;
- (E) suplementadas.

**59**

As despesas de custeio de uma fundação instituída e mantida pelo Poder Público fazem parte do processo de planejamento público e devem constar no(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) Orçamento Fiscal;
- (D) Orçamento de Investimentos;
- (E) Plano Plurianual.

**60**

No encerramento do exercício financeiro, as despesas que estão pendentes apenas do último estágio de execução devem ser tratadas como:

- (A) créditos a serem reabertos no próximo exercício;
- (B) despesas de exercícios anteriores;
- (C) despesas canceladas por insuficiência financeira;
- (D) restos a pagar com prescrição interrompida;
- (E) restos a pagar processados.

## Redação

O governo brasileiro extinguiu a Renca (Reserva Nacional de Cobre e Associados), localizada nos Estados do Pará e Amapá, com o objetivo de atrair investimentos para o setor de mineração. Um decreto do presidente Michel Temer sobre a extinção da reserva foi publicado no Diário Oficial da União nesta quarta (23) e abre o espaço para exploração privada.

Trata-se de uma área com quase 4 milhões de hectares - o equivalente ao tamanho do Espírito Santo -, que fica na divisa entre o Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará. A área rica em ouro e outros minérios tem grandes reservas naturais e terras indígenas.

A reserva foi criada em 1984, ainda durante o regime militar, e mantém área de alto potencial para exploração de ouro e outros minérios (como ferro, manganês e tântalo) em posse da União.

A extinção, proposta pelo Ministério de Minas e Energia em março, permite a concessão para exploração mineral. O argumento da pasta era de que a medida seria necessária para viabilizar o potencial mineral da região e estimular o desenvolvimento econômico dos dois Estados.

"Apesar do forte apelo econômico, o desenvolvimento da atividade minerária pode trazer impactos indesejáveis para as áreas protegidas inseridas na Renca, tais como explosão demográfica, desmatamento, comprometimento dos recursos hídricos, perda de biodiversidade, acirramento dos conflitos fundiários e ameaça a povos indígenas e populações tradicionais", adverte Mauricio Voivodic, diretor executivo do WWF-Brasil.

Uma vez mais no Brasil aparece a discussão sobre uma prioridade: o desenvolvimento econômico ou a proteção ambiental?

A partir do texto acima, publicado em UOL, elabore um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, posicionando-se sobre o problema. Utilize argumentos pertinentes e redija seu texto em língua-padrão.





Realização

